

**PROJETO - JUSTIÇA MILITAR DE MINAS GERAIS: MEMÓRIA DE SEUS 80 ANOS****Registro**

402836

Revisão

07/03/2018

Status

Concluído

Título

Justiça Militar de Minas Gerais: Memória de seus 80 anos

Data de início

01/05/2017

Previsão de término

01/12/2017

Data da última aprovação pelo Órgão Competente

06/04/2017

Órgão Competente

Câmara Departamental

CARACTERIZAÇÃO**Ano em que se iniciou a ação**

2017

Unidade

Faculdade de Direito

Departamento

Departamento de Direito e Processo Penal

Programa vinculado

OBSERVATÓRIO DA JUSTIÇA MILITAR ESTADUAL

Principal Área Temática de Extensão

Direitos Humanos e Justiça

Área Temática de Extensão Afim

Cultura

Linha de Extensão

Segurança Pública e Defesa Social

Grande Área do Conhecimento

Ciências Sociais Aplicadas

Palavras-chaveJustiça
Militar
Memória**DESCRIÇÃO****Apresentação e justificativa**



PROJETO - JUSTIÇA MILITAR DE MINAS GERAIS: MEMÓRIA DE SEUS 80 ANOS

A Justiça Militar estadual é pouco conhecida pelos operadores do direito e pela própria sociedade. A Justiça Militar do Estado de Minas Gerais completa 80 anos de sua instituição, no presente ano de 2017.

No que diz respeito às informações mais elementares, cabe registrar que a Justiça Militar foi criada em Minas Gerais pela Lei nº 226, de 9 de novembro de 1937 (Organiza a Justiça Militar do Estado). Naquela época, compunha-se, apenas, de um Auditor e de Conselhos de Justiça, especiais ou permanentes. Na falta de um órgão próprio de segundo grau, a jurisdição era exercida pela Câmara Criminal da Corte de Apelação, hoje, Tribunal de Justiça.

A Constituição da República de 1946 posicionou a Justiça Militar estadual como órgão do Poder Judiciário dos Estados, orientação essa seguida pelas Constituições posteriores, e previu a criação de órgãos de Segunda Instância, ou seja, os Tribunais Militares.

Em 1946, através do Decreto-lei nº 1.630, de 15 de janeiro de 1946 (Lei de Organização Judiciária do Estado e Regimento de Custas), a Justiça Militar mineira foi reestruturada, com a criação do então chamado Tribunal Superior de Justiça Militar, sediado em Belo Horizonte, como órgão de segundo grau de jurisdição, composto de três juizes, sendo um civil e dois militares, nomeados pelo Governador do Estado. Continuou a existir uma só Auditoria com três espécies de Conselhos de Justiça: o Especial, o Permanente e o de Corpo.

Em 22 de junho de 1954, a Lei nº 1.098 (Organização Judiciária) aumentou o número de juizes componentes do Tribunal de Justiça Militar para cinco, fixando-os em três juizes militares e dois civis.

Por fim, com a Resolução nº 61 (Organização e Divisão Judiciárias do Estado de Minas Gerais), elaborada e promulgada pelo Tribunal de Justiça, em 8 de dezembro de 1975, manteve-se em cinco o número de juizes do Tribunal de Justiça Militar, aumentou-se para três o número de Auditoria e permaneceram os Conselhos de Justiça.

A Constituição Federal de 1988, no que se refere à Justiça Militar, dispõe sobre sua competência e criação dos Tribunais de Justiça Militar, sendo que esses só existem atualmente em três Estados: Minas Gerais, São Paulo e Rio Grande do Sul.

A Emenda Constitucional nº 45, de 8 de dezembro de 2004 (Reforma do Judiciário), trouxe alterações à Justiça Militar estadual em seu art. 125: deu nomenclatura adequada ao antigo cargo de juiz auditor, que passou a chamar Juiz de Direito do Juízo Militar, e ampliou a competência desta Justiça Especializada para o processamento e julgamento das ações judiciais contra atos disciplinares militares. Estas alterações foram introduzidas na Lei Complementar nº 59, de 18 de janeiro de 2001, atual Lei de Organização e Divisão Judiciárias do Estado de Minas Gerais, pela Lei Complementar nº 85, de 28 de dezembro de 2005. A composição do Tribunal de Justiça Militar foi ampliada para sete juizes: quatro militares, nomeados pelo Governador do Estado dentre coronéis da ativa da Polícia Militar e do Corpo de Bombeiros Militar, e três civis, sendo um deles promovido dentre os Juizes de Direito do Juízo Militar e os outros dois nomeados entre os representantes do quinto constitucional, advogados e membros do Ministério Público. Houve ampliação também nas Auditorias, que passaram a ter na sua composição três juizes de direito do juízo militar titulares e três substitutos.

Tais informações, entretanto, são insuficientes para compreender a atuação da Justiça Militar e os impactos que sua atuação produz no sistema estadual de defesa social. Por isso, o presente projeto de pesquisa se apresenta necessário para investigar e divulgar o contexto da atuação da justiça especializada militar nos 80 anos de sua existência.

Objetivos gerais

O presente projeto de pesquisa pretende reunir e divulgar informações relevantes sobre a atuação da Justiça Militar do Estado de Minas Gerais no contexto dos 80 anos de sua instituição.

Objetivos específicos

- Realizar pesquisa nos acervos do Tribunal de Justiça Militar do Estado de Minas Gerais e na Memória do Judiciário Mineiro, do Tribunal de Justiça do Estado de Minas Gerais para coletar informações sobre a atuação da Justiça Militar.

- Identificar as informações relevantes e ordená-las de modo a narrar a atuação relevante da Justiça Militar no período examinado.

- Divulgar os resultados da pesquisa no evento: 80 anos da Justiça Militar de Minas Gerais.

- Divulgar os resultados da pesquisa, em livro impresso e eletrônico, bem como no sitio eletrônico do programa Observatório da Justiça Militar Estadual.

- identificar e organizar o acervo que irá compor o Memorial da Justiça Militar

Metodologia

A pesquisa será realizada por meio de inventário de documentos existentes no Tribunal de Justiça Militar e na Memória do Judiciário Mineiros sobre a atuação da Justiça Militar de Minas Gerais, com a catalogação dos elementos de informação obtidos e construção de narrativa histórica sobre tal atuação.

Forma de avaliação da ação de Extensão

A avaliação da ação de extensão será orientada para a constatação dos objetivos de publicação dos resultados da pesquisa em evento, livro impresso e eletrônico, e será realizada pelo Departamento de Direito e Processo Penal da Faculdade de Direito da Universidade Federal de Minas Gerais e pelo Conselho Superior da Escola Judicial Militar do Tribunal de Justiça Militar do Estado de Minas Gerais.

Site

<http://observatorio.tjmmg.jus.br/>

Origem do público-alvo

Interno e Externo

**PROJETO - JUSTIÇA MILITAR DE MINAS GERAIS: MEMÓRIA DE SEUS 80 ANOS****Caracterização do público-alvo**

O público alvo do programa é constituído pelos alunos do curso de graduação em direito da Universidade Federal de Minas Gerais, profissionais e operadores da Justiça Militar Estadual, de militares do Estado de Minas Gerais, bem como por todo cidadão que queira conhecer melhor a estrutura e atuação da Justiça Militar e os efeitos que as suas decisões produzem nas instituições integrantes do sistema de defesa social.
Vale notar que em Minas Gerais há cerca de 50.000 militares na ativa.

Captação por edital de fomento

Não

Articulado com política pública

Sim

ESTUDANTES MEMBROS DA EQUIPE**Plano de atividades**

Junto ao projeto de pesquisa haverá, inicialmente, 05 (cinco) alunos de graduação, sendo 02 discente do curso de Direito da Faculdade de Direito da Universidade Federal de Minas Gerais, 02 do curso de história e 01 do curso de arquitetura.
1 fase: coleta de informações sobre as referências culturais e de atuação da Justiça Militar do Estado de Minas Gerais (casos concretos julgados). A previsão para tal fase é de 02 meses (05 e 06 de 2017)
2 fase: catalogação, análise crítica e seleção dos elementos colhidos a elaboração de texto escrito e composição do acervo do memorial da Justiça Militar. A previsão de duração da fase é de 2 meses (07 e 08 de 2017)

3 fase: elaboração de relatório final das atividades, que servirá de base para a publicação dos resultados em meio físico e eletrônico, bem como composição do acervo do memorial da Justiça Militar do Estado de Minas Gerais.

Plano de acompanhamento e orientação

As atividades dos discentes serão acompanhadas diretamente pelo coordenador do projeto, auxiliado pelos co-coordenadores, com reuniões semanais para discussão, execução e planejamento das atividades do projeto.

Processo de avaliação

O coordenador avaliará as atividades dos discentes, em razão de sua participação nas atividades do projeto, encaminhando relatórios periódicos ao Departamento de direito da Faculdade de Direito da UFMG e ao Conselho Superior da Escola Judicial Militar.

INFORMAÇÕES ESPECÍFICAS**Infra-estrutura física**

O processamento dos documentos será realizado em espaços físicos disponibilizados pelo Tribunal de Justiça Militar do Estado de Minas Gerais e pela Memória do Judiciário Mineiro.

Vínculo com Ensino

Não

Vínculo com Pesquisa

Sim

Público estimado

2.000

INFORMAÇÕES ADICIONAIS**Informações adicionais**

Este projeto de pesquisa está vinculado ao Programa Observatório da Justiça Militar Estadual, submetido à aprovação na mesma data.

A Memória do Judiciário Mineiro (Mejud) foi criada por meio da Resolução 108/88 do Tribunal de Justiça do Estado de Minas Gerais, no dia 09 de novembro de 1988.

No projeto participam 03 (três) alunos de graduação bolsistas, custeados pelo Tribunal de Justiça Militar do Estado de Minas Gerais.

EQUIPE

Participação	Nome	Telefone	E-mail	Unidade	Departamento/ Curso/Setor	Período
Coordenador	FERNANDO ANTONIO NOGUEIRA GALVAO DA ROCHA		fgalvao@ufmg.br fgalvao@direito.ufmg. br	FACULD ADE DE DIREITO	Departamento de Direito e Processo Penal	- a -

PROJETO - JUSTIÇA MILITAR DE MINAS GERAIS: MEMÓRIA DE SEUS 80 ANOS

Co-coordenador	LÚCIO URBANO SILVA MARTINS	(31) 3237-6224	mejud@tjmg.jus.br	Memória do Judiciário Mineiro	-	01/05/2017 a 01/12/2017
Co-coordenador	RUBIO PAULINO COELHO	(31) 3274-1566	rubio@tjmmg.jus.br	Tribunal de Justiça Militar do Estado de Minas Gerais	-	01/05/2017 a 01/12/2017
Bolsista(Outras)	LETÍCIA PEREIRA MADUREIRA SILVA	(31) 3274-1566	escolajudicial@tjmmg.jus.br	Escola Judicial Militar do Estado de Minas Gerais	-	01/05/2017 a 01/12/2017
Bolsista(Outras)	BRENO MARCUS MASSON MIGUEL	(31) 3274-1566	escolajudicial@tjmmg.jus.br	Escola Judicial Militar do Estado de Minas Gerais	-	01/05/2017 a 01/12/2017
Bolsista(Outras)	GUILHERME AMORIMINO GOMES	(31) 3274-1566	escolajudicial@tjmmg.jus.br	Escola Judicial Militar do Estado de Minas Gerais	-	01/05/2017 a 01/12/2017
Participante	GRÉCIA RÉGIA DE CARVALHO	(31) 3274-1566	grecia@tjmmg.jus.br	Tribunal de Justiça Militar do Estado de Minas Gerais	-	01/05/2017 a 01/12/2017
Participante	GUSTAVO CANDIDO DA SILVA	(31) 3274-1566	gustavo@tjmmg.jus.br	Tribunal de Justiça Militar do Estado de Minas Gerais	-	01/05/2017 a 01/12/2017
Participante	SHIRLEY KER DE CARVALHO	(31) 3237-6224	mejud@tjmg.jus.br	Memória do Judiciário Mineiro	-	01/05/2017 a 01/12/2017
Participante	ROSANE VIANNA SOARES	(31) 3237-6224	mejud@tjmg.jus.br	Memória do Judiciário Mineiro	-	01/05/2017 a 01/12/2017
Participante	ANDRÉA VANÊSSA DA COSTA VAL	(31) 3237-6224	mejud@tjmg.jus.br	Memória do Judiciário Mineiro	-	01/05/2017 a 01/12/2017
Participante	EPAMINONDAS FULGENCIO NETO	(31) 3274-1566	fulgencio@mpmg.mp.br	Escola Judicial Militar do Estado de Minas Gerais	-	01/05/2017 a 01/12/2017
Participante	FERNANDO AUGUSTO LOPES SANTOS		feernandoals@ufmg.br	-	DIREITO	01/05/2017 a 01/12/2017

**PROJETO - JUSTIÇA MILITAR DE MINAS GERAIS: MEMÓRIA DE SEUS 80 ANOS**

Participante	L E O N A R D O HENRIQUE VAZ DE MELO	(31) 3274- 1566	leonardo@tjmmg.jus.br	Tribunal d e Justiça Militar do Estado de Minas Gerais	-	01/05/2017 a 01/12/2017
Participante	GABRIEL ILACQUA FELIPPE	(31) 9797- 4415	gabfel98@ufmg.br	-	DIREITO	01/05/2017 a 01/12/2017

PARCERIAS

CNPJ	Nome	Caracterização	Tipo
	TRIBUNAL DE JUSTIÇA MILITAR DO ESTADO DE MINAS GERAIS	Instituição da Administração Pública Direta	Recursos Humanos
	TRIBUNAL DE JUSTIÇA MILITAR DO ESTADO DE MINAS GERAIS	Instituição da Administração Pública Direta	Equipamentos e/ou recursos materiais
	MEMÓRIA DO JUDICIÁRIO MINEIRO	Instituição da Administração Pública Direta	Recursos Humanos
	ESCOLA JUDICIAL MILITAR DO ESTADO DE MINAS GERAIS	Instituição da Administração Pública Direta	Recursos Humanos
	MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DE MINAS GERAIS	Instituição da Administração Pública Direta	Recursos Humanos

ABRANGÊNCIAS

Nome	Estado	Município	CEP	Detalhes
Faculdade de Direito da UFMG	Minas Gerais	Belo Horizonte	30.130-180	Avenida João Pinheiro, Nº 100 - Bairro: Centro
Ministério Público do Estado de Minas Gerais	Minas Gerais	Belo Horizonte	30.170-008	Av. Álvares Cabral, 1690 - Lourdes
Tribunal de Justiça Militar do Estado de Minas Gerais	Minas Gerais	Belo Horizonte	30.180-143	Rua Tomaz Gonzaga, 686 - Bairro de Lourdes - Belo Horizonte / MG
Tribunal de Justiça do Estado de Minas Gerais	Minas Gerais	Belo Horizonte	30.130-924	Avenida Afonso Pena, 4001 - Serra

AÇÕES VINCULADAS

Tipo	Registro	Título da Ação de Extensão	Status da Ação
------	----------	----------------------------	----------------

RESULTADOS ESPECÍFICOS**Público atingido**

3000

RESULTADOS GERAIS

Data	Resultados
03/03/2018	Com a publicação integral dos resultados da pesquisa, o presente projeto foi concluído.
03/03/2018	O projeto reuniu informações e registros documentais relativos a instituição e aos 80 anos de trajetória da Justiça Militar do Estado de Minas Gerais, na edição especial da Revista REI - Revista de Estudos e Informações, com tiragem de 3000 exemplares impressos.

PRODUÇÕES

Tipo	Título	Data Publicação	Identificação
Periódico	Revista de Estudos e Informações - REI	02/03/2018	A Revista de Estudos e Informações - REI (ISSN 1981-5425), nº 42, publicou integralmente o resultado da pesquisa realizada e divulgou por meio de 3000 exemplares impressos e arquivo digital a ser inserido no site do Programa, a versão digital pode ser vista no

**PROJETO - JUSTIÇA MILITAR DE MINAS GERAIS: MEMÓRIA DE SEUS 80 ANOS**

			l i n k https://drive.google.com/file/d/1gOKWW7jlaZMPuY5jCxXQ0oGIQi2a-9n/view?usp=sharing
--	--	--	---